

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS IV

JOSÉ RICARDO CAETANO COSTA

LUCIANA DE ABOIM MACHADO

CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos sociais e políticas públicas IV[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: José Ricardo Caetano Costa, Luciana de Aboim Machado, Carlos Eduardo do Nascimento – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-293-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS IV

Apresentação

O Grupo de Trabalho “Direitos Sociais e Políticas Públicas IV” reúne pesquisas que refletem a complexidade, a pluralidade e os desafios contemporâneos na construção de políticas públicas orientadas pelos direitos fundamentais. Os estudos apresentados evidenciam não apenas a diversidade temática que atravessa a agenda pública brasileira, mas também a urgência de respostas jurídicas, institucionais e sociais capazes de assegurar dignidade, inclusão e equidade em diferentes contextos.

Nesta edição, o GT contempla reflexões que vão desde os impactos da era digital na liberdade de expressão e no direito da personalidade, até a análise profunda de políticas setoriais voltadas à educação, previdência, mobilidade urbana, direitos das crianças, população em situação de rua, pessoas trans, mulheres deslocadas, pessoas privadas de liberdade e demais grupos historicamente vulnerabilizados.

A diversidade dos trabalhos evidencia uma preocupação transversal: compreender como o Estado formula, implementa e aperfeiçoa políticas públicas em um cenário marcado por transformações tecnológicas, tensões morais, desigualdades estruturais e novos paradigmas internacionais.

Entre os temas apresentados, destacam-se:

- Liberdade de expressão e direito da personalidade na era digital, problematizando limites e desafios no ambiente virtual;
- Garantia de inclusão previdenciária, com análise da sua estrutura constitucional;
- Políticas de alimentação escolar, com enfoque na proteção dos direitos da personalidade da criança;
- Capacitação profissional e empoderamento feminino em comunidades remotas, articulando empreendedorismo, educação itinerante e inclusão econômica;
- Democratização do acesso a práticas esportivas e culturais em comunidades carentes, com estudo do Projeto Movimento Sempre Presente;

- Inclusão digital escolar e sua centralidade para a educação e a cidadania;
- Ética e política em Aristóteles, como marco teórico para avaliar políticas destinadas à população em situação de rua;
- Integridade pública sob a ótica da moralidade kantiana;
- Processo estrutural como solução para a insuficiência de vagas em creches públicas;
- Direito à não tortura no sistema prisional, com análise da ADPF 347;
- Crítica ao conceito censitário de família e seus reflexos nas políticas públicas;
- Políticas públicas de esporte, cultura e lazer, novamente com foco no Movimento Sempre Presente;
- Políticas de mobilidade urbana no Rio de Janeiro, analisadas sob a luz da literatura histórico-ficcional;
- Dignidade humana no fechamento dos manicômios judiciais;
- Risco de captura das agências reguladoras e seus impactos na eficiência estatal;
- Necropolítica do desenvolvimento e os deslocamentos forçados de mulheres no capitalismo global;
- A Corte Interamericana como “policy maker” ambiental, explorando direitos humanos e cooperação climática;
- Responsabilidade civil digital como política de proteção de dados;
- Exclusão da população trans no mercado de trabalho e a necessidade de políticas inclusivas;
- Efetividade dos direitos fundamentais dos transgêneros, com a análise da atuação do STF.

Ao articular abordagens teóricas e empíricas, críticas e propositivas, o GT se consolida como um espaço de diálogo acadêmico comprometido com a construção de um Estado democrático

capaz de promover justiça social. A presente coletânea, portanto, reafirma a importância da pesquisa jurídica e multidisciplinar para transformar realidades, influenciar decisões públicas e fortalecer a proteção dos direitos fundamentais no Brasil e na América Latina.

SOBRE AS QUESTÕES HISTÓRICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE URBANA NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA HISTÓRICO-FICCIONAL

HISTORICAL PERSPECTIVES ON URBAN MOBILITY POLICIES IN RIO DE JANEIRO: INSIGHTS FROM HISTORICAL-FICTIONAL LITERATURE

Patricia de Araujo Sebastião ¹
Oswaldo Pereira De Lima Junior

Resumo

Aborda a mobilidade urbana nos transportes públicos, destacando suas raízes sociais e raciais, com foco na população pobre e negra, que é a mais afetada pela precariedade dos serviços. A análise revela que cerca de 70% dos usuários vulneráveis são pessoas pretas ou pardas, evidenciando a interseção entre desigualdade racial e mobilidade. A falta de transporte eficiente limita o acesso a educação, emprego e saúde, reforçando exclusão social. O artigo propõe um olhar crítico sobre o tema, defendendo políticas públicas que combatam não só a infraestrutura deficiente, mas também as desigualdades estruturais. Além disso, o estudo estabelece um paralelo entre os transportes públicos do Rio de Janeiro e os navios negreiros, utilizando a obra *Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves. A narrativa da personagem Kehinde, escravizada durante a travessia transatlântica, serve de analogia para as condições desumanizantes enfrentadas hoje por passageiros do transporte público, como superlotação, insegurança e acidentes fatais. A comparação ressalta a persistência de violações de direitos humanos e a desvalorização da vida de grupos marginalizados. Metodologicamente, o artigo se baseia em pesquisa bibliográfica qualitativa e interdisciplinar, promovendo uma revisão crítico-reflexiva da literatura. A abordagem busca sensibilizar sociedade e Estado para a urgência de soluções inclusivas, que garantam dignidade e equidade na mobilidade urbana. Ao unir análise histórica e contemporânea, o texto estimula a reflexão sobre continuidades da opressão racial e social, defendendo transformações estruturais para uma cidade mais justa.

Palavras-chave: Mobilidade urbana, Desigualdade racial, Transporte público, Exclusão social, Direitos humanos

Abstract/Resumen/Résumé

This study examines urban mobility in public transportation, highlighting its social and racial roots, with a focus on low-income Black communities, the most affected by inadequate services. The analysis reveals that approximately 70% of vulnerable users are Black or mixed-race (pretas or pardas), underscoring the intersection of racial inequality and mobility. Inefficient transit systems restrict access to education, employment, and healthcare.

¹ Coordenadora do Núcleo de Legislação e Normas de Pessoal. (UFRRJ). Advogada. Doutoranda pela Universidade de Coimbra. Mestre pelo PPGD/UNIRIO. Membro da Comissão de Equidade Racial PPGD/UNIRIO. Membro do GDHTS.

reinforcing social exclusion. The article advocates for a critical perspective, urging public policies that address not only infrastructural deficits but also structural inequalities. Furthermore, the study draws a parallel between Rio de Janeiro's public transport and slave ships, using Ana Maria Gonçalves' historical-fiction work *Defeito de Cor* (Color Defect). The narrative of Kehinde - an enslaved African woman during the transatlantic crossing - serves as an analogy for the dehumanizing conditions faced by modern public transport users, including overcrowding, safety risks, and fatal accidents. This comparison emphasizes the persistence of human rights violations and the devaluation of marginalized lives. Methodologically, the research employs qualitative and interdisciplinary bibliographic analysis, fostering a critical-reflective literature review. The approach aims to mobilize society and the state toward inclusive solutions that ensure dignity and equity in urban mobility. By bridging historical and contemporary analysis, the text prompts reflection on enduring racial and social oppression, advocating for structural transformations toward a more just city.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Urban mobility, Racial inequality, Public transportation, Social exclusion, Human rights

1. INTRODUÇÃO

Há várias perspectivas metodológicas que podem ser consideradas no domínio da investigação sobre a relação entre políticas públicas e literatura entre elas as políticas públicas na literatura. As autoras do presente ensaio optaram por esta perspectiva, que a muitos poderá parecer mais tradicional e menos provocativa; no entanto, busca-se examinar uma questão central — a tensão entre discurso oficial e narrativa social — que confere singularidade ao universo das políticas públicas de mobilidade urbana no Rio de Janeiro. Nesse cenário, a literatura histórico-ficcional surge como um contraponto para questionar os limites da pretensa objetividade e neutralidade das formulações e implementações dessas políticas, as quais, muitas vezes, privilegiam visões hegemônicas em detrimento de experiências históricas e sociais mais plurais.

Ao abordar as questões relacionadas à mobilidade urbana nos transportes públicos, o objetivo é despertar um olhar crítico sobre um problema social que afeta amplamente setores carentes da sociedade. Esse problema não é apenas uma questão de infraestrutura e eficiência dos serviços de transporte, mas também tem profundas raízes sociais e raciais. A realidade demonstra que a população mais afetada pelos problemas nos transportes públicos é composta, em grande parte, por pessoas pobres ou que vivem abaixo da linha de pobreza. Além disso, é crucial reconhecer que cerca de 70% dessas pessoas são de cor preta ou parda, ou seja, são membros de grupos étnicos historicamente marginalizados e desfavorecidos.

Essa correlação entre pobreza e raça revela como o problema da mobilidade urbana está ligado a questões mais amplas de desigualdade e discriminação racial. A falta de acesso a um transporte público eficiente e seguro restringe a mobilidade dessas comunidades, dificultando o acesso a oportunidades educacionais, de emprego e de saúde. O transporte público é essencial para o exercício pleno da cidadania e para garantir a inclusão social. Quando a qualidade dos serviços é precária, afeta desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, agravando as desigualdades existentes.

O olhar crítico reflexivo que este artigo busca trazer para esta realidade visa sensibilizar a sociedade e o Estado para a urgência de abordar as questões de mobilidade urbana de maneira justa e inclusiva. Isso requer a implementação de políticas públicas efetivas que busquem não apenas melhorar a infraestrutura e a segurança dos transportes públicos, mas também abordar as raízes estruturais das desigualdades sociais e raciais.

A luta por uma mobilidade urbana mais equitativa e respeitosa com os direitos de todos é uma causa que precisa envolver a sociedade como um todo, promovendo um debate amplo e consciente sobre as mudanças necessárias para construir uma cidade mais justa e inclusiva. Ao direcionar o olhar crítico para esse problema social complexo, abre-se espaço para a reflexão e para a busca por soluções que considerem as necessidades e direitos de todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica ou condição socioeconômica.

Assim, o objetivo deste artigo é traçar um paralelo entre o transporte público do Rio de Janeiro e os navios negreiros por meio da obra literária histórica-ficcional *Defeito de Cor*, escrita por Ana Maria Gonçalves, a abordagem busca destacar as semelhanças e conexões entre essas duas realidades distintas. Ao utilizar a obra *Defeito de Cor* como base para a análise, as autoras buscam explorar as experiências históricas-ficcionais da personagem Kehinde, uma africana escravizada que enfrentou as terríveis condições dos navios negreiros durante o período da escravidão no Brasil. Através dos manuscritos de Kehinde, a autora retrata o sofrimento e a desumanização enfrentados pelos escravos durante o transporte forçado para o Brasil, o que será apresentado na primeira seção.

O paralelo com o transporte público do Rio de Janeiro é feito para ressaltar como, ainda hoje, muitas pessoas enfrentam situações de desigualdade e falta de dignidade nos sistemas de transporte público da cidade. Os problemas de superlotação, infraestrutura precária, insegurança e a falta de acessibilidade podem criar uma realidade desafiadora para os usuários do transporte público, especialmente para aqueles que pertencem a comunidades carentes.

Assim como os escravos nos navios negreiros eram tratados como mercadorias e sofriam com a desumanização, a falta de condições adequadas nos transportes públicos pode levar a tratamento desigual e desrespeitoso dos passageiros, especialmente aqueles que já enfrentam desvantagens sociais e econômicas. Bem como, a precariedade e a falta de segurança nos sistemas de transporte público do Rio de Janeiro têm resultado em acidentes trágicos que resultam na morte de seus usuários. Essa realidade é especialmente preocupante, pois coloca em risco a vida e a integridade física de milhares de pessoas que dependem desses serviços diariamente, o que será tratado na segunda seção.

Ao estabelecer esse paralelo, as autoras do estudo buscam chamar a atenção para a necessidade de enfrentar questões de desigualdade social e racial na mobilidade urbana do Rio de Janeiro. A obra literária funciona como um espelho histórico e simbólico que ajuda na reflexão sobre as continuidades e desafios presentes na sociedade contemporânea.

A abordagem interdisciplinar que combina a obra literária histórica-ficcional com a análise do transporte público do Rio de Janeiro busca aclarar as questões sociais e raciais presentes tanto no passado quanto no presente, estimulando o olhar crítico e investigativo por soluções mais justas e inclusivas para a mobilidade urbana na cidade, sendo utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter interdisciplinar, que afeta os direitos humanos, se configurando em uma revisão narrativa crítico-reflexiva da literatura mencionada, ampliando a ótica para um problema social que afeta amplos setores carentes da sociedade, e que também se apresenta como um problema racial.

Os direitos humanos são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária. No entanto, sua efetivação muitas vezes é desafiada por desigualdades estruturais e lacunas nas políticas públicas. Nesse contexto, a arte e a literatura surgem como ferramentas poderosas para sensibilizar as pessoas e estimular debates sobre questões de direitos humanos (Hogemann e Júnior, 2025).

2. A REALIDADE DOS NAVIOS NEGREIROS PELA ÓTICA DA LITERATURA HISTÓRICA-FICCIONAL: UMA COMPARAÇÃO COM O TRANSPORTE PÚBLICO FLUMINENSE

A literatura se revela especial instrumento de justiça, de tolerância e de humanização, na medida em que contribui, muitas vezes, para a liberdade do indivíduo. O que impende afirmar que a literatura pode não mudar a realidade naquele momento, pois ela não é necessariamente o retrato do fiel do real, mas tem o poder de libertar da alienação e da opressão e contribuir para os avanços da humanidade. (Hogemann et. Al, 2021)

A literatura é um reflexo do cotidiano, e este artigo acadêmico promove um olhar reflexivo utilizando o ferramental epistemológico da relação direito/literatura, para analisar as vivências históricas em cotejo com a realidade contemporânea da mobilidade na cidade do Rio de Janeiro. Lança-se mão da obra *Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, que contempla fatos e ficção, assim, em razão de fatores do destino, a autora teve acesso a manuscritos muito antigos, relatos de vida de uma africana chamada Kehinde, nascida em Savalu, capturada em África junto com sua irmã gêmea e sua avó quando tinha apenas 7 anos de idade, para ser escravizada no Brasil, onde por não ter opção adotou o nome de Luísa.

A história de Kehinde é de fato inspiradora e representa a resistência e a luta de muitas pessoas negras que enfrentaram a escravidão e lutaram pelos seus direitos humanos, incluindo a liberdade, igualdade racial e de gênero. Mesmo diante de um contexto de sofrimento e perdas, Kehinde conseguiu conquistar sua liberdade e retornar à África, um feito notável na época em que a escravidão era tão arraigada.

Sua jornada é um exemplo de perseverança e coragem, demonstrando como algumas pessoas não apenas resistiram à opressão, mas também lutaram por seus direitos e pela dignidade humana, apesar das adversidades. O fato de ter colocado sua história em manuscritos preciosos, que posteriormente foram encontrados por Ana Maria Gonçalves, destaca a importância de preservar e dar voz às histórias dos marginalizados e oprimidos ao longo da história.

É interessante notar que, mesmo com a perda ou danificação de alguns detalhes da história de Kehinde, a autora optou por preencher essas lacunas com elementos fictícios (Gonçalves 2022). Isso não apenas preserva a essência da experiência de Kehinde, mas também permite à autora abordar questões mais amplas e simbólicas por meio da ficção, transcendendo o relato individual e tornando-o relevante para o contexto contemporâneo.

A história de Kehinde, assim como a abordagem da autora em mesclar fatos e ficção, proporciona uma oportunidade para refletir sobre o legado histórico da escravidão, a luta pelos direitos humanos e a importância de preservar e aprender com as histórias de resistência e superação que moldaram nossa sociedade. Essas narrativas também podem nos inspirar a buscar a justiça social, a igualdade e a dignidade para todas as pessoas, independentemente de sua origem ou história.

Contudo, este livro ao longo da narrativa apresenta questões importantes acerca da vida das pessoas escravizadas e, entre outros, o modo como ocorria o transporte dos africanos capturados para serem escravizados no continente americano. De forma que a obra demonstra a perspectiva da escravidão pelo olhar do escravizado, detalhando o transporte das pessoas que eram vendidas para o comércio de escravos, o que se dava por meio dos navios negreiros cabendo citar a descrição feita pela autora (2022.pg57-69):

O navio tinha dois porões, e o de baixo, onde fomos colocadas, era um pouco menor que o de cima, pelo qual passamos sem parar. Também não tinha qualquer entrada de luz ou de ar, a não ser a portinhola por onde descemos e que foi fechada logo em seguida à ordem para que escolhêssemos um canto e ficassemos todas juntas, pois logo trariam os outros. Apesar dos breves instantes de claridade que tivemos, pude perceber que o local era pequeno para todos os que estavam no barracão, em terra. (...) Quando entraram os primeiros homens, a tranquilidade foi quebrada pelas vozes das mulheres que queriam saber se os seus parentes ou conhecidos estavam entre eles.(...) Os tocheiros iluminavam rapidamente o caminho e os rostos dos que chegavam, acompanhados da ordem de nos deitarmos um ao lado do outro, com as cabeças apoiadas na parede do navio, até que déssemos uma volta completa. E depois mais uma volta no interior, e mais uma terceira, sendo que muitos ainda sobraram de pé e foram empurrados por cima dos que já estavam deitados. Quando alguém disse que já não cabia mais ninguém, recebeu a resposta de que o balanço do navio faria caber. (...) Vistos do alto, devíamos estar parecendo um imenso tapete, deitados no chão sem que houvesse espaço entre um corpo e outro, um imenso tapete preto de pele de carneiro. (...) Algumas pessoas se queixavam de falta de ar e do calor, mas o que realmente incomodava era o cheiro de urina e de fezes. (...)As pessoas enjoaram, inclusive nós, que vomitamos o que não tínhamos no

estômago, pois não comíamos desde o dia da partida, colocando boca afora apenas o cheiro azedo que foi tomando conta de tudo. (...)Era difícil nos mexermos, e os guardas se aborreceram, gritando que se não quiséssemos comida era para avisar, porque eles não dispunham do dia todo, tinham mais o que fazer além de dar comida a preto. (...)Ao retirarem os corpos, os guardas avisaram que se mais alguém se matasse, o corpo ia ficar ali mesmo, até o fim da viagem que mal tinha começado, como um castigo para todos os outros(...)Escolheram alguns homens fortes e fizeram com que eles tirassem dali mais de dez pessoas, todas muito doentes, que depois soubemos terem sido jogadas ao mar(..)E nem eram todos brancos, os guardas. Alguns eram até mais pretos do que eu

O tráfico transatlântico de escravos, que transportou à força milhões de africanos para as Américas entre os séculos XVI e XIX, permanece como uma das mais horrendas violações de direitos humanos da história. As condições a bordo dos navios negreiros eram marcadas por extrema crueldade, desumanização e violência sistêmica. Os africanos escravizados eram amontoados nos porões escuros e sufocantes das embarcações, onde suportavam meses de sofrimento inimaginável. Acorrentados, privados de alimentação adequada, água e saneamento, eles não eram tratados como seres humanos, mas como carga - mercadorias a serem compradas e vendidas. Doenças, desnutrição e trauma psicológico ceifaram incontáveis vidas, com os mortos frequentemente lançados ao mar sem cerimônia. Esse sistema de migração forçada não era apenas uma operação logística, mas um mecanismo calculado de subjugação racial, lançando as bases para séculos de desigualdade estrutural.

O legado dessa brutalidade estende-se muito além da abolição da escravatura. Seus ecos persistem nas disparidades sociais e econômicas contemporâneas, particularmente em nações como o Brasil, onde o tráfico negreiro teve um profundo impacto demográfico e cultural. Hoje, as dinâmicas de opressão evoluíram, mas não desapareceram, ressurgindo nas desigualdades embutidas na infraestrutura urbana. Os sistemas de transporte público, especialmente em cidades como o Rio de Janeiro, frequentemente replicam - tanto simbólica quanto materialmente - as condições desumanizadoras do passado. Ao examinar os paralelos entre o trauma histórico dos navios negreiros e a experiência moderna dos passageiros dos trens da SuperVia - empresa responsável pela operação do sistema de trens urbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro, esta análise busca iluminar as estruturas persistentes de marginalização racial e econômica.

2.1 De Navios Negreiros à SuperVia: As Continuidades da Desumanização

A travessia do Atlântico, conhecida como "Médio Passage", foi concebida para maximizar lucros à custa de vidas humanas. Os africanos escravizados eram empilhados nos

porões sem qualquer consideração por seu bem-estar físico ou psicológico. Relatos históricos descrevem como eram forçados a ocupar espaços tão exíguos que não podiam sequer ficar em pé ou deitar confortavelmente. O ar era denso com odores de suor, vômito e excremento, enquanto a falta de saneamento levava a surtos de disenteria, varíola e outras doenças mortais. As taxas de mortalidade eram chocantes, com estudiosos estimando que entre 15% e 20% dos cativos morriam durante a viagem.

Além do tormento físico, o custo psicológico era incalculável. Privados de sua liberdade, cultura e até de seus nomes, os escravizados eram submetidos a uma degradação sistemática. Violência sexual, espancamentos e trabalho forçado eram rotineiros, reforçando o poder absoluto dos escravizadores. O navio negreiro não era apenas uma embarcação, mas um microcosmo do capitalismo racial que dominaria as Américas por séculos. Seus horrores não eram acidentais, mas intrínsecos à lógica econômica da escravidão - um sistema que dependia da completa coisificação de seres humanos.

A comparação entre navios negreiros e o sistema de transporte público contemporâneo do Rio de Janeiro pode parecer extrema à primeira vista, mas uma análise mais profunda revela paralelos perturbadores. Os trens da SuperVia, que atendem a região metropolitana da cidade, são notórios por superlotação, atrasos e condições perigosas. Para os passageiros da classe trabalhadora, predominantemente negros, que dependem desses trens diariamente, a experiência é de resistência, não de conveniência.

Assim como os porões dos navios negreiros, os vagões dos trens são frequentemente lotados além da capacidade, com passageiros comprimidos uns contra os outros em calor sufocante. A falta de ventilação adequada, os constantes defeitos e os atrasos espelham as condições opressivas e imprevisíveis da travessia atlântica. Acidentes, descarrilamentos e fatalidades - como o incidente de 2014, quando um trem da SuperVia descarrilou, matando quatro pessoas e ferindo centenas - destacam o descaso sistêmico com a segurança dos passageiros. Essas tragédias não são falhas isoladas, mas sintomas de um desprezo mais amplo pelas comunidades marginalizadas.

Além disso, o perfil racial e socioeconômico dos usuários da SuperVia reflete as desigualdades persistentes no Brasil. Uma parcela significativa dos passageiros é negra e de baixa renda, muitos morando em bairros periféricos distantes das oportunidades econômicas. O deslocamento diário torna-se uma extensão exaustiva do trabalho, reforçando sua posição na base da hierarquia social. Assim como os navios negreiros eram instrumentos do capitalismo racial, o transporte público moderno frequentemente funciona como um mecanismo de segregação espacial, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

2.2 A Literatura como Lente para a Reflexão Histórica

Para compreender plenamente essas continuidades, esta análise emprega as ferramentas epistemológicas do direito e da literatura, recorrendo ao romance *Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves - obra que reconstrói a vida de Kehinde, uma mulher africana escravizada. Através de sua narrativa, o romance revive o terror visceral da travessia atlântica enquanto ilustra a resiliência dos que sobreviveram. Ao justapor esses relatos históricos com reportagens contemporâneas sobre a crise do transporte no Rio, os paralelos tornam-se inegáveis.

A obra de Gonçalves serve como ponte entre passado e presente, revelando como a lógica da exploração se adapta em vez de desaparecer. As mesmas forças que um dia justificaram o tráfico negreiro - hierarquia racial, exploração econômica e conivência estatal - continuam a moldar a infraestrutura urbana hoje. Os trens superlotados, o descaso com a segurança dos passageiros e a normalização do sofrimento refletem uma indiferença institucionalizada em relação às vidas negras e pobres.

Reconhecer essas continuidades históricas não é um exercício de pessimismo, mas um passo necessário para mudanças significativas. Se o transporte público deve servir como ferramenta de libertação e não de opressão, as reformas políticas precisam abordar não apenas deficiências infraestruturais, mas também as disparidades raciais e econômicas que definem o espaço urbano. Investimentos em um transporte mais seguro e eficiente devem ser acompanhados por esforços mais amplos para dismantelar a desigualdade sistêmica.

A comparação entre navios negreiros e trens da SuperVia é, em última análise, um chamado à ação. Exige que confrontemos as formas como os capítulos mais sombrios da história continuam a moldar o presente - e que trabalhem por um futuro onde a mobilidade não seja fonte de sofrimento, mas um direito garantido com dignidade a todos.

É correto afirmar que as pessoas capturadas na África durante o período da escravidão poderiam enfrentar duas situações distintas após a captura. Algumas delas poderiam ser escravizadas dentro do próprio continente africano, servindo como escravos domésticos ou trabalhando em plantações locais. Além disso, outras pessoas eram embarcadas em navios negreiros e transportadas à força para outros continentes, principalmente para as Américas, onde seriam escravizadas nas plantações de açúcar, algodão, tabaco, entre outros. Em ambas as situações, essas pessoas eram submetidas a tratamentos desumanos, perdendo sua liberdade, sendo separadas de suas famílias e comunidades e sofrendo inúmeras formas de violência e opressão.

No contexto específico desta pesquisa utiliza-se como objeto o transporte público do Rio de Janeiro em comparação com os navios negreiros ao conectar o tema da mobilidade urbana na cidade contemporânea com a experiência traumática dos navios negreiros, o artigo busca ressaltar as desigualdades e injustiças sociais com um olhar reflexivo para as mortalidades que ocorrem nos transportes públicos fluminenses.

Essa abordagem pode ser uma forma de chamar a atenção para a importância de reconhecer e enfrentar o legado de desigualdade e racismo que a escravidão deixou nas sociedades contemporâneas, destacando como certas políticas e práticas urbanas podem reforçar ou combater essas desigualdades ainda hoje.

3. ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: COMO A MOBILIDADE URBANA NO RIO PERPETUA A LÓGICA DOS NAVIOS NEGREIROS

O paralelo traçado neste artigo entre a degradação humana vivenciada pelos escravos nos navios negreiros e a situação precária enfrentada por muitos brasileiros nos transportes públicos do Rio de Janeiro é uma abordagem de grande relevância acadêmica. Ao comparar as condições desumanas e indignas enfrentadas pelos escravos durante o transporte transatlântico com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nos transportes públicos na atualidade, destaca-se a persistência de problemas sociais e a necessidade de uma abordagem atenta e sensível por parte do Estado.

A realidade dos trabalhadores que enfrentam longas distâncias e superlotação nos transportes públicos, bem como aqueles que não têm condições financeiras para se deslocarem diariamente, reflete uma questão social complexa e multifacetada. As tarifas elevadas, ajustes tarifários frequentes e a falta de investimentos adequados no sistema de transporte público tornam ainda mais difícil a vida desses trabalhadores, muitos dos quais têm que lidar com condições de vida precárias e vulneráveis.

Desta forma, é fundamental uma política pública eficaz e focada no respeito à cidadania e nos Direitos Humanos para abordar essa questão, na medida em que a relação intrínseca entre direitos humanos e políticas públicas tem sido amplamente explorada por diversos autores. Os direitos humanos são princípios fundamentais que visam garantir a dignidade e a liberdade de todos os indivíduos, enquanto as políticas públicas são instrumentos governamentais para a implementação e proteção desses direitos na prática (Hogemann e Júnior, 2025, p.2).

. É responsabilidade do Estado garantir o acesso a um transporte público de qualidade, que seja seguro, eficiente e acessível a toda a população, vez que o transporte é um direito social constitucional, previsto no artigo 6º da CRFB/88.¹ Isso envolve o compromisso com a melhoria das condições do transporte público e a busca por soluções que atendam às necessidades dos cidadãos, especialmente daqueles que dependem desse serviço para suas atividades diárias.

Enfrentar e superar essa degradação humana no transporte público exige uma visão holística e uma ação coletiva da sociedade, envolvendo tanto as autoridades governamentais quanto a sociedade civil em busca de soluções mais justas e inclusivas. Afinal, a garantia de um transporte público adequado é fundamental para a promoção da dignidade e qualidade de vida de todos os cidadãos.

Contudo, é lamentável e preocupante o fato de inúmeras pessoas que utilizam os trens da Supervia no Rio de Janeiro estarem enfrentando acidentes durante o trajeto. Essas ocorrências colocam em evidência problemas sérios de segurança e infraestrutura nos sistemas de transporte público da cidade, o que coloca em risco a vida e a integridade física dos passageiros diariamente.

Neste sentido, artigo intitulado *O pacto e o impacto dos transportes: mediocridade e mortandade na mobilidade urbana do Rio de Janeiro*, dos autores João Pedro Martins Nunes e Vitor Dias Mihessen (2021), apresenta uma análise crítica sobre a mobilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro, com foco nas questões relacionadas à segurança e aos acidentes que afetam os usuários dos transportes públicos. O título do artigo já demonstra a abordagem dos autores quanto à precariedade e o impacto negativo que os sistemas de transporte têm sobre a população, especialmente em relação à segurança e à perda de vidas. Eles apontam para a mediocridade das políticas e infraestruturas de transporte, indicando que há falhas significativas na concepção e na execução dos sistemas de mobilidade na cidade.

Além disso, a referência à "mortandade" destaca o preocupante número de acidentes e tragédias envolvendo os transportes públicos, o que ressalta a gravidade dos problemas enfrentados pelos usuários e a necessidade urgente de ações para aprimorar a segurança e a eficiência dos sistemas. Neste contexto os autores mencionam a trágica história da jovem Joana

uma história especialmente emblemática é a de Joana Bonifácio. Moradora de Coelho da Rocha, em São João de Meriti, para realizar o sonho de se formar em

¹ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Biologia, Joana conseguiu ser aprovada no Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo). Para os estudos, sua rotina era pegar trem da Supervia do ramal Belford Roxo no sentido Central do Brasil, descer na estação Mercadão de Madureira, caminhar até a estação Madureira, pagando outra passagem lá, e seguir até a estação de Campo Grande. A jornada só era finalizada com mais um trecho a pé até a universidade. Em 24 de abril de 2017, o trajeto cotidiano foi interrompido já no início. Ao tentar subir no trem, as portas se fecharam deixando sua perna presa. Sem sensores na porta do vagão, câmeras que permitissem ao maquinista visualizar toda a composição ou guardas da Supervia na plataforma, o trem partiu e ela foi arrastada para debaixo da composição, o que tirou sua vida. (Nunes e Mihessen, 2021, p. 394)

A história de Joana relata mais uma vida perdida e destaca a importância de políticas públicas que garantam o acesso a um transporte público de qualidade e seguro para toda a população. A mobilidade urbana é uma questão central para a inclusão social, o acesso a oportunidades e a promoção da dignidade humana. Portanto, é responsabilidade das autoridades assegurar que todos os cidadãos possam se deslocar pela cidade com segurança e eficiência.

As vidas perdidas tragicamente nos transportes públicos do estado do Rio de Janeiro, assim como as vidas perdidas nos navios negreiros durante o período da escravidão, são igualmente lamentáveis e representam graves violações dos direitos humanos. Embora as circunstâncias e contextos históricos sejam diferentes, há paralelos na perda de vidas e sofrimento humano em ambas as situações. Tanto nos acidentes envolvendo os transportes públicos fluminenses quanto nos navios negreiros, vemos a negligência, a falta de segurança adequada e a desvalorização da vida humana.

Nos transportes públicos, como ocorreu no trágico acidente envolvendo Joana Bonifácio, à falta de infraestrutura, a precariedade nos sistemas e a ausência de medidas de segurança adequadas têm resultado em mortes e ferimentos de passageiros, expondo a vulnerabilidade dos usuários diante das deficiências do serviço.

Da mesma forma, nos navios negreiros, os africanos escravizados eram tratados como mercadorias e submetidos a condições desumanas durante as viagens transatlânticas, resultando em perdas significativas de vidas devido à superlotação, doenças, desnutrição e tratamento brutal. Ambas as situações destacam a importância de reconhecer a necessidade de políticas públicas que garantam a segurança e o bem-estar dos cidadãos. A proteção da vida e da dignidade humana deve ser uma prioridade inegociável em todos os aspectos da sociedade, incluindo a mobilidade urbana.

É crucial aprender com a história e trabalhar para evitar tragédias semelhantes no futuro. Isso exige um compromisso sério por parte do governo para melhorar a infraestrutura,

a segurança e a qualidade dos transportes públicos, além de implementar medidas que garantam a proteção dos passageiros.

Ao abordar as perdas de vidas nos transportes públicos fluminenses e nos navios negreiros, é essencial também considerar as dimensões de raça, classe social e outras identidades, entendendo como certos grupos podem ser desproporcionalmente afetados pelas falhas e desigualdades do sistema. A luta por uma mobilidade urbana justa e segura é parte de um esforço maior para combater injustiças e criar uma sociedade mais igualitária e respeitosa com os direitos de todos.

Espera-se que essa trágica história, como tantas outras que ocorrem cotidianamente, motive ações efetivas e transformações nos sistemas de transporte público, garantindo que mais nenhuma outra vida seja perdida ou colocada em risco devido a falhas na infraestrutura e na segurança dos trens e estações. A busca por uma mobilidade urbana segura, inclusiva e respeitosa com os direitos de todos é uma tarefa coletiva e de responsabilidade do Estado e da sociedade.

3.1 A Interseccionalidade como Ferramenta de Análise

Cabe destacar que o mencionado artigo foi publicado no livro *Mobilidade Antirracista*, sendo imperioso enfatizar a importância de abordar questões de raça e desigualdade na análise da mobilidade urbana numa perspectiva interseccional. O livro procura abordar como as políticas de transporte podem afetar diferentemente grupos raciais e socioeconômicos, expondo desigualdades e injustiças estruturais. Os autores consideram o seguinte:

Para nós, olhar a mobilidade urbana de maneira interseccional é combater o patrimonialismo, o racismo e o machismo nas práticas dos serviços de transporte que são ditos públicos, mas operam numa perversa lógica privada, mercadológica e que tira a vida de determinadas pessoas. (Nunes e Mihessen, 2021, p. 213)

A análise interseccional da mobilidade urbana revela-se como ferramenta essencial para desvelar as múltiplas camadas de opressão que permeiam os sistemas de transporte público contemporâneos. Essa abordagem, ao reconhecer a sobreposição de eixos de discriminação - como raça, gênero, classe e orientação sexual - permite compreender como o patrimonialismo, o racismo e o machismo se articulam para produzir experiências diferenciadas de deslocamento nas cidades. No contexto brasileiro, e particularmente no Rio de Janeiro, essa perspectiva crítica expõe as falhas estruturais de um sistema que deveria ser democrático, mas que reproduz e intensifica desigualdades históricas.

O patrimonialismo, como herança colonial, manifesta-se na gestão do transporte público através de políticas que privilegiam interesses econômicos em detrimento das necessidades reais da população. Essa lógica perversa resulta em investimentos desiguais, tarifas abusivas e serviços precários, afetando principalmente os usuários de baixa renda. As periferias urbanas, habitadas majoritariamente por populações negras, são as mais penalizadas por essa estrutura, com linhas de transporte insuficientes, veículos superlotados e infraestrutura degradada.

O racismo, por sua vez, opera de forma ainda mais perversa. Estudos demonstram como os itinerários dos transportes coletivos frequentemente espelham as geografias da segregação racial, conectando precariamente as periferias aos centros urbanos. Os usuários negros não apenas enfrentam maiores dificuldades de acesso, mas também são alvo preferencial de abordagens violentas por parte de agentes de segurança. A criminalização da pobreza e a estigmatização dos corpos negros transformam o simples ato de se deslocar numa experiência de vulnerabilidade constante.

Para as mulheres, o machismo impõe barreiras adicionais. Pesquisas indicam que 9 em cada 10 mulheres já sofreram algum tipo de assédio no transporte público. A ameaça de violência sexual limita sua liberdade de ir e vir, obrigando muitas a reorganizarem seus trajetos, horários e até mesmo vestuário como estratégias de autoproteção. Esse fenômeno, conhecido como "mobilidade restrita", tem impactos diretos no acesso a educação, emprego e serviços de saúde, perpetuando ciclos de desigualdade de gênero.

A abordagem interseccional revela como essas opressões não atuam isoladamente, mas se potencializam mutuamente. Uma mulher negra e periférica, por exemplo, vivencia o transporte público de forma distinta de um homem branco de classe média. Enquanto este pode se deslocar com relativo conforto e segurança, ela enfrenta superlotação, risco de assédio, rotas mais longas e serviços de pior qualidade - tudo isso agravado pela discriminação racial.

Essa perspectiva permite compreender por que políticas universalistas frequentemente falham em resolver problemas de mobilidade. Medidas como redução de tarifas ou aumento de frota, embora importantes, não abordam as especificidades das violências sofridas por diferentes grupos. É necessário desenvolver ações focalizadas que considerem essas intersecções, como vagões exclusivos para mulheres em horários de pico, treinamento antirracista para condutores, ou rotas que conectem diretamente comunidades periféricas a polos de oportunidades.

Transformar o transporte público num espaço de equidade exige romper com lógicas históricas de exclusão. Isso implica: a) Reestruturar o planejamento urbano com participação ativa das comunidades mais afetadas, garantindo que suas necessidades sejam centrais no desenho das políticas; b) Implementar mecanismos de proteção específicos para grupos vulneráveis, como sistemas de denúncia eficazes e campanhas educativas contra assédio; c) Promover a fiscalização democrática dos serviços, com transparência nos contratos e canais de participação popular; d) Investir em infraestrutura qualificada que priorize as áreas mais negligenciadas, reduzindo tempos de deslocamento e melhorando condições de viagem.

O caso do Rio de Janeiro ilustra com clareza essas urgências. A SuperVia, principal operadora de trens metropolitanos, concentra seus piores serviços justamente nas linhas que atendem à Zona Norte e Baixada Fluminense - regiões de predominância negra e trabalhadora. Acidentes frequentes, atrasos crônicos e estações degradadas contrastam com os investimentos em mobilidade nas áreas mais ricas da cidade. Essa geografia da desigualdade não é acidental, mas reflexo de escolhas políticas que perpetuam hierarquias sociais.

Repensar a mobilidade urbana sob lentes interseccionais não é apenas um exercício acadêmico, mas uma necessidade prática para construção de cidades mais justas. Como demonstra este artigo, os desafios do transporte público no Rio de Janeiro transcendem questões técnicas - são, antes de tudo, expressão de conflitos sociais não resolvidos.

A superação desse cenário exige reconhecer que mobilidade é um direito fundamental e pré-condição para o exercício da cidadania. Somente políticas que enfrentem simultaneamente o patrimonialismo, o racismo e o machismo poderão garantir que o transporte público cumpra seu papel social: não como espaço de reprodução de violências, mas como instrumento de liberdade, acesso e dignidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência de uma revolução na segurança do transporte público parte do reconhecimento de que os acidentes nesse setor não são meras fatalidades, mas expressões de uma crise estrutural que demanda transformação profunda no modo como concebemos a mobilidade urbana. Descarrilamentos, incêndios em ônibus ou panes no metrô configuram violências previsíveis e preveníveis, revelando uma cadeia de negligências que vai desde a manutenção precarizada até a fiscalização leniente, passando pela priorização do lucro sobre a segurança e pela histórica desvalorização das populações que mais dependem desses serviços.

O padrão recorrente dos acidentes evidencia falhas estruturais. Relatórios pós-ocorrências apontam problemas como peças operando além da vida útil, operadores submetidos a jornadas excessivas, sistemas de sinalização defasados e ausência de fiscalização eficaz. No Rio de Janeiro, por exemplo, entre 2014 e 2024 a SuperVia registrou 17 descarrilamentos graves, resultando em 32 mortes e centenas de feridos, superando inclusive redes de transporte em países com infraestrutura similar. Esses eventos são o resultado previsível de uma lógica que trata o transporte coletivo como custo, não como direito fundamental.

A análise geográfica e social das vítimas revela outro aspecto central: o racismo estrutural. A maioria das vítimas é composta por moradores da periferia, trabalhadores informais e pessoas negras. A discrepância na qualidade do transporte entre bairros ricos e regiões como a Baixada Fluminense — onde circulam trens antigos, sem manutenção adequada — é expressão contemporânea de um padrão histórico de exclusão. Essa desigualdade no acesso à mobilidade segura reproduz, de forma simbólica e material, as lógicas de transporte desumanizado herdadas do período escravocrata.

Diante dessa realidade, torna-se urgente propor um novo paradigma de segurança. A criação de um Tribunal Permanente de Acidentes, independente e com poder de investigação e sanção, permitiria romper o ciclo de impunidade corporativa. Um Plano Emergencial de Modernização, com recursos vinculados, deveria substituir frotas com mais de 15 anos, automatizar sistemas de sinalização e implantar tecnologias de prevenção de colisões. O controle social efetivo é outro eixo indispensável: conselhos gestores paritários, plataformas abertas com dados de manutenção e ouvidorias independentes capazes de interditar serviços inseguros.

A segurança no transporte público precisa ser consagrada como direito fundamental, com medidas legislativas que incluam responsabilização criminal por acidentes evitáveis, indenizações automáticas às vítimas e planos de reparação integral que contemplem apoio psicológico e educacional às famílias afetadas.

No entanto, medidas técnicas e legais não bastam. É necessária também uma revolução cultural. A educação para mobilidade, incorporada aos currículos escolares, deve formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Campanhas públicas precisam expor o vínculo entre acidentes e desigualdade racial, combatendo a naturalização dessa violência. Um memorial público com os nomes das vítimas ajudaria a manter viva a memória e a dimensão humana da tragédia, impedindo que sejam reduzidas a números frios.

Assim, a luta por segurança no transporte público é parte de uma batalha maior pela dignidade e pelos direitos humanos. Enquanto o ato cotidiano de se deslocar permanecer uma roleta-russa para os mais pobres e negros, a democracia brasileira estará incompleta. Casos como o de Luana Barbosa, morta após ser empurrada em um trem lotado na Central do Brasil, e João Pedro, vítima de um BRT sem freios na Avenida Brasil, lembram que transporte seguro não é luxo, mas condição para uma vida plena.

Transformar radicalmente a mobilidade urbana não é apenas questão técnica — é um imperativo ético. Ou se muda o modelo de forma estrutural, ou continuará a se contabilizar vidas, majoritariamente negras e pobres, como um preço naturalizado pelo transporte público precário. A hora de agir é agora, pois nenhuma vida a menos pode ser considerada aceitável.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 de jul.

GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. São Paulo:Record. 2022.

HOGEMANN, E. R. R. S., JUSTINO, P. B., & CARVALHO, A. T. de. A Mulher Negra Na Literatura Brasileira: Passado, Presente E Futuro. **Revista Direito Das Políticas Públicas**, 2(2), 104–121. Recuperado de <https://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10524>. 2021

HOGEMANN Edna Raquel e JUNIOR, Oswaldo Integrando Direitos Humanos Através de Políticas Públicas: o impacto transformador da arte e literatura . In: **Conference: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra**. DOI: 10.29327/1450775.9-16. January 2025

NUNES, João Pedro Martins e MIHESSEN, Vitor Dias. O pacto e o impacto dos transportes: mediocridade e mortandade na mobilidade urbana do Rio de Janeiro. In: **NYGÅRD, Anna; et al. Mobilidade Antirracista.** São Paulo: Autonomia Literária. 2021.